

**Anais do
III Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

RAÇA, ETNIA E NAÇÃO: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Race, Ethnicity And Nation: Historical Considerations

Ronaldo di Roná

Ronaldo Boerngen é Mestre em Geografia Humana pelo DG-FFLCH-USP desde 2002. Paulistano nascido às margens plácidas do Ipiranga em 1953. Bacharel em História, Geografia e Cinema; Licenciado em História e Geografia. Paulistano das margens plácidas do Ipiranga, é mais conhecido como Ronadlo di Roná. Bacharel em Cinema (ECA-USP), História (FFLCH-USP) e Geografia (FFLC-USP) é também Licenciado em História (FAI) e Geografia (FE-USP). Mestre em Geografia Humana pelo DG-FFLC-USP em 2002. Professor de história, enveredou pelo estudo dos transportes e por isso publicou pela Manole o livro Transportes no turismo (2002).

RESUMO

O texto apresenta a evolução histórica do conceito de nacionalidade relacionando-o com os conceitos de raça e etnia. Destaca ainda as complicações ideológicas advindas das interações entre os três conceitos.

Palavras chaves: nacionalidade, raça, etnia

ABSTRACT

The text presents the historical evolution of the concept of citizenship relating it to the concepts of race and ethnicity. Also highlights the ideological complications resulting from interactions between the three concepts.

Keywords: nationality, race, ethnicity

RÉSUMÉ

Le texte présente l'évolution historique du concept de la nationalité Le racontant avec les concepts race et ethnique. Releve encore les complications idéologiques reviennent des interactions parmi les trois concepts.

Mots clés: nactionalité, race, ethnique

INTRODUÇÃO

Ô raça! Quantas vezes já se ouviu esta expressão? De modo geral não se referia aos aspectos biológicos ou étnicos da pessoa ou do

grupo de pessoas envolvidos e sim a uma nacionalidade específica¹.

Qual a relação entre esses três objetos: raça, etnia e nacionalidade?

Há antropólogos que afirmam que “quem tem raça é cachorro, o homem tem etnia”. Tendo a concordar com eles.

Raça envolve elementos puramente biológicos, enquanto que etnia abrange as diferenças físicas aliadas às culturais. Já nacionalidade envolve um componente político que é o Estado.

Apesar de já termos encontrado muitos documentos escritos pelos povos da mais remota Antiguidade, certamente o que se perdeu é muitas vezes maior os achados. Também devemos considerar que muitos poucos indivíduos dominavam a escrita naqueles tempos. E os que a dominavam pertenciam, é claro, à elite local. Frente à pergunta de qual era a consciência sóciopolítica do povo mais humilde, a resposta é uma só: certamente nunca o saberemos.

A partir do material escrito revelado pelas escavações arqueológicas, podemos afirmar que os Estados estavam, naquele período da história humana, associados à figura dos reis e/ou dos deuses. A idéia de que os habitantes de um território estavam irmanados em uma nação é mais resultado das nossas análises (já contaminadas pelo conceito de nação) do que realmente revelam os documentos.

Por outro lado, o uso do conceito de nacionalidade, principalmente quando utilizado para descrever povos da Antiguidade, também fica muito contaminado pela preocupação em se

destacar a presença de elementos físicos que caracterizam a população em questão. Podemos comprovar esta afirmação ao observarmos o texto produzido por um historiador bastante tradicional como o foi o professor Mário Curtis Giordani, que ao se ocupar do povo egípcio afirmou:

1. CORRENTES RACIAIS

O povo egípcio, embora portador de características físicas distintivas, é um produto miscigenado de diversas correntes raciais que se estabeleceram, em diversas e remotas épocas, no vale do Nilo. Um fato curioso que chama a atenção do antropólogo e do historiador é a persistência milenar do tipo egípcio a partir do III milênio a.C. Com efeito, quaisquer que tenham sido as correntes raciais invasoras que, desde essa época, penetraram na terra dos faraós, foram as mesmas absorvidas pelo elemento racial indígena. Persas, gregos, romanos, árabes e turcos não conseguiram modificar fundamentalmente o **substrato étnico** tradicional representado, por exemplo, pelo felá² (GIORDANI, 1969:63) (grifos dos autor).

Pode-se notar aqui que, apesar de estar apresentando o retrato de um povo, o autor apela, continuamente, para elementos físicos, portanto biológicos. Para evitar, contudo, que se leve a crer que essa era uma postura do professor Giordani, veja o que a professora Yolanda Lhullier dos Santos coloca quando trata do mesmo assunto:

Discute-se muito a origem dos primeiros povoadores do vale do Nilo. Por volta do sexto milênio a.C., é provável que povos de raça africana tenham vindo ali estabelecer-se [...] O

¹ Ou uma regionalidade, quando dentro de um mesmo Estado-nação.

² Camponês egípcio

tipo racial prédinástico é semelhante ao das épocas posteriores. Segundo certos estudiosos, haveria duas raças primitivas: a dos aborígenes, talvez mediterrâneos, e a dos invasores africanos. Segundo Flinders Petrie, nas mais antigas representações picturais, chegam a aparecer até seis tipos físicos diferentes, que, por seu aspecto, deviam ser líbios, sírios ou asiáticos. Desta mistura, produziu-se um tipo humano que vai caracterizar o tipo egípcio. Tal miscigenação devia ter sido favorecida, pois não se encontram restrições quanto ao cruzamento, chegando a ser difundido o casamento entre faraós e rainhas de sangue estrangeiro (SANTOS, 1964:119).

Novamente encontra-se a apresentação destacada dos elementos fenotípicos da população em questão, porém devemos ressaltar nesta comparação que os dois autores destacam igualmente a existência da miscigenação e que Lhullier dos Santos é mais enfática neste ponto, pois associa o processo até para o extrato social dominante representado pela figura do faraó.

Deve-se considerar, pois, a miscigenação como um processo praticamente inerente à formação dos grandes Estados antigos, constituídos principalmente pela anexação de territórios. Mas esta ação levava a constituição de um paradoxo: o suceder de impérios no Antigo Oriente, ao par de ter provocado matanças e remoções formidáveis de populações militarmente derrotadas, também desencadeou processos de miscigenação, o que levava à formação de novas bases étnicas nestes impérios que se constituíam.

Pobres daqueles que ainda defendem a existência de raças puras! Entretanto, esse processo de homogeneização étnica poderia ter inviabilizado a base econômica da antiguidade, ou seja, a escravidão. Não fugindo do presente tema,

mas aprofundando-o lateralmente, devemos deter a nossa atenção na escravidão. Da análise comparativa entre as diversas sociedades do período podemos enunciar uma regra geral: não se escraviza nós!

Portanto, o escravo é sempre o outro - *alter* -, definido pela oposição ao “nós”. Quem não for caracterizado como “nós” é o outro, é o diferente, é o inferior e merece, quando permanecer vivo, a escravidão: (...) populações inteiras podiam ser reduzidas à escravidão, como os espartanos fizeram com seus vizinhos messênios, mas não podiam ser inteiramente eliminadas - havia necessidade do seu trabalho para lavrar as terras capturadas (BOWRA, 1969:59).

Observa-se aqui que a escravidão não era uma demonstração de um ódio descabido ao estranho, era também uma necessidade econômica: era meritório derrotar o inimigo, subjugá-lo, mas também era importante mantê-lo vivo para ser produtivo. Pod-se encontrar duas maneiras para perpetuar a existência do outro - e, portanto, propiciar o estabelecimento e manutenção da escravidão: a sua segregação em relação ao “nós” ou o seu desconhecimento, completo ou relativo, pelo “nós”. Vamos começar por esta segunda possibilidade: Heródotos de Helicarnassos, amiúde celebrado como o “pai da história”, apresentou em sua obra mais conhecida um verdadeiro relato de viagem, na qual apresenta o que viu e também o que ouviu dizer, mesmo sem ter visto pessoalmente. É interessante destacar a sua descrição:

(...) outros indianos têm costumes diferentes: não matam qualquer ser animado, nem semeiam, nem costumam ter casas, e se alimentam de ervas; entre eles cresce naturalmente da terra um grão aproximadamente do tamanho de um grão de

milho³; esses indianos o colhem, cozinhamno com a palha e o comem. Quando algum deles adocece, vai para algum lugar deserto e lá se deita; ninguém se preocupa com o doente, nem para saber se já morreu nem se continua doente. Todos esses indianos dos quais falei copulam ostensivamente, como o gado, e a tez de todos eles é da mesma cor, análoga à dos etíopes. O sêmen por eles ejaculado quando se unem às mulheres também não é branco à semelhança do de todos os homens, e sim negro com a sua tez - acontece o mesmo com o sêmen dos etíopes (HERÓDOTOS, 1985:182).

Ficava claro aos ouvintes (a obra de Heródotos foi primeiramente apresentada oralmente a uma platéia ateniense em 445 a.C) e leitores do relato que os indianos (que nunca haviam sido subjugados pelos persas, segundo as próprias palavras de Heródotos e que também não os visitou pessoalmente e, portanto, os desconhecia enquanto seres reais), eram muito estranhos e, portanto diferentes. Daí seria um pequeno passo para classificá-los como inferiores e por conseguinte, passíveis de escravização. Afinal (...) os gregos se acreditavam superiores aos bárbaros, ou seja, a todos os povos que eram estrangeiros em relação à civilização deles. Os romanos da época de Augusto pensavam da mesma maneira (MOSCA, 1968:290).

Quando o tema é a escravidão, o fato que se deve salientar, é que a imagem que temos, nós brasileiros, da escravidão é aquela transmitida pela exploração que foi praticada em nosso território durante o período mercantilista da economia ocidental (entre os séculos XVI e XVIII).

Contudo, devemos evitar colocá-la como sinônimo da praticada na Antiguidade. Novamente recorremos ao professor Giordani:

(...) a sorte dos escravos no Egito, muitas vezes, não diferia da sorte das classes mais humildes da sociedade. A grande fonte da escravidão eram as campanhas vitoriosas dos faraós na Núbia, na Líbia ou no deserto oriental da Síria. Com relação ao tratamento dispensado ao escravo, podemos distinguir entre escravos empregados no serviço doméstico e escravos utilizados nos grandes empreendimentos públicos. Os primeiros gozavam, em geral, de uma situação suave [...] O egípcio considerava obrigação dispensar bom tratamento a seus escravos. O Livro dos Mortos inclui, entre os pecados a serem negados, o excesso de trabalho imposto aos escravos e os maus tratos infligidos aos mesmos. Segundo uma lei antiga, quem matasse voluntariamente um escravo, merecia a pena de morte (GIORDANI, 1969:84).

E não devemos pensar que essa atitude fosse uma exceção egípcia. Encontramos em Fustel de Coulanges a descrição de um

(...) costume curioso, subsistindo ainda por muito tempo nas casas atenienses, mostra-nos como o escravo entrava na família. Faziam-no aproximar-se do lar, colocavam-no em presença da divindade doméstica, derramavam-lhe água lustral na cabeça e faziam-no partilhar com a família alguns bolos e frutos [...] O escravo devia ser enterrado no lugar da sepultura da família. (COULANGES, 1981:117).

Por outro lado, tínhamos as evidentes contrapartidas:

(...) mas precisamente porque o servo adquiria o culto e o direito de orar, perdia por esse fato a

³ O tradutor pressupõe que seja o arroz e isto é certo, pois o milho era totalmente desconhecido na Antiguidade pois era

nativo da América, ainda não integrada ao mundo ocidental de então.

sua liberdade. A religião era a cadeia a retê-lo. Estava ligado à família por toda a vida e mesmo para o tempo que seguia à sua morte. O seu senhor podia fazê-lo sair da baixa servidão e tratá-lo como homem livre. Mas o servo, por esse fato, não abandonava a família (COULANGES, 1981:117-118).

E não nos esqueçamos da outra faceta da escravidão egípcia: (...) a condição dos escravos utilizados nas grandes obras públicas era extremamente cruel. Nas minas, nas pedreiras, nas construções monumentais, milhares de escravos deixavam a marca de seu ingente esforço e de seu sofrimento (GIORDANI, 1969:85).

2. MÉTODO DE SEGREGAÇÃO

Quanto ao método de definir o outro pela segregação (física ou social), temos na Hélade um grande exemplo que devemos explorar, Esparta continuou, mesmo na paz, a praticar as artes da guerra. Essa fidelidade aos velhos usos se baseava até certo ponto no medo. Os cidadãos espartanos eram consideravelmente superados em número por seus escravos e servos. Por isso, insistiam em manter a sua velha disciplina de caserna e, única entre todas as cidades gregas, continuou a ser uma comunidade militar (BOWRA, 1969:68).

A necessidade de manter os messênios submetidos a uma feroz servidão, obrigou a seus senhores dórios abrirem mão das liberdades pessoais, submetendo-se a uma rígida disciplina que os transformava em fieis servidores de um Estado todo absoluto. A não integração com os escravos - o outro - levou, portanto, os espartíatas

- o nós - à uma servidão eterna. Mais um paradoxo!

Pode-se afirmar que a prática da segregação social e econômica leva a ter a certeza de que a idéia de raça (ou seja, um elemento biológico) como característica definidora do outro - na verdade o estrangeiro, o não compatriota - já estava definida na própria Antiguidade. Ela não é, por isso mesmo, uma criação de nossa visão, talvez deturpada por episódios da nossa contemporaneidade. Entretanto, os fatos ocorridos na própria antiguidade viriam a criar um sério problema para esta tão bem acabada visão de mundo. Primeiro, foi a helenização:

Depois que Alexandre Magno realizou suas conquistas e pretendeu construir uma obra duradoura de civilização com a fusão racial, cultural e a unificação política dos povos de seu império, surgiu o chamado Helenismo ou civilização helenística, a língua do helenismo foi a língua comum (coine), constituída basicamente pelo ático. Esta língua passou a ser escrita e falada em todo o mundo grego. De modo especial, nos grandes centros helenísticos como Alexandria, Pérgamo e Antioquia. As conquistas romanas na Grécia e no Oriente não constituíram obstáculo ao helenismo. Ao contrário: a cada uma das vitórias militares de Roma corresponde, em sentido inverso, a uma vitória cultural do helenismo (GIORDANI, 1972:322) (grifos do autor).

A obra de Alexandre foi, sem dúvida, na contramão do processo tradicional de exclusão praticado pelos povos escravagistas da Antiguidade. Não que no helenismo não se tenha praticado a escravidão (muito pelo contrário!). Mas a unificação proposta (e em grande parte colocada em prática) dificultava a justificativa para a manutenção da exploração da mão-deobra dos povos dominados pelos vencedores⁴.

⁴ Uma curiosa solução para o problema foi transferir para a vítima do processo a culpa pelo mesmo: afirmava-se que muitos homens têm a

necessidade de servir aos outros, portanto, a escravidão seria a solução para que eles fossem felizes!

Sucedendo ao Império Alexandrino no tempo, mas não necessariamente no espaço, o mundo romano - mais tarde organizado como um Império) também promoveu uma unificação de povos até mesmo mais eficaz que a empreendida pelo macedônio, pois foi mais longa (mais de mil anos de duração). A grande herança romana para os povos da orla mediterrânica, mais que uma unificação lingüística em torno da língua latina, foi a construção de uma magnífica rede de estradas - todos os caminhos levam à Roma. À esta unificação física não ocorreu a esperada homogeneização étnica, mesmo porque a escravidão tornou-se absoluta na produção material romana. Sem os seus cativos, os romanos não poderiam ter erguido o império que ergueram: precisavam liberar a sua mão-de-obra para as atividades militares. A principal origem dos escravos era a guerra, mas também havia aqueles que nasciam escravos, pois:

(...) o filho de escrava era também escravo, segundo o princípio de que o nascido estava sujeito à situação da parturiente (partus sequitur ventrem). A situação do pai não era levada em conta, pois o casamento entre o homem e a mulher escrava não é reconhecido legalmente. A criança nascida de um homem livre e de uma mulher escrava é escrava (GIORDANI, 1972:196).

Criava-se assim uma verdadeira “raça” de escravizáveis, porquanto era diferente (*alter*), afinal a não legalidade do casamento de um homem livre com uma cativa advinha do fato do escravo ser juridicamente considerado uma coisa (*res*) e como tal, como nos informa Giordani (1972:197), não possuía personalidade. Contudo, quando adquiria a liberdade (fato muito comum durante o período imperial) passava automaticamente a ser considerado como uma

pessoa, ou seja, cessava a diferença que a caracterizava como inferior.

Foram séculos de sucesso com as tropas romanas submetendo todos os povos da orla do *Mare Nostrum*. Porém, Roma e o escravismo que a caracterizou entraram em decadência no decorrer do século III da nossa era:

A inflação tomou conta do mercado de valores e o preço das mercadorias subiu astronômicamente. A porção de trigo que no segundo século era vendida por meio denário, foi fixada em 100 denários, ao findar-se o terceiro. Na cidade egípcia de Oxirrinco os banqueiros recusavam-se a operar com dinheiro romano e tentavam restabelecer as moedas ptolomaicas em uso 300 anos antes (HADAS, 1969:151).

A não aceitação da moeda romana, símbolo maior da imposição do poder econômico do vencedor sobre o vencido era um elemento muito forte de contestação do domínio romano. Não havia a idéia de nação que unificasse os povos, o que tínhamos era um Estado que submetera à sua vontade outros Estados e, portanto, sua população. Na luta para deter a inevitável decadência, inúmeras medidas oficiais eram editadas, mas que tinham poucas chances de serem eficazes. Temos uma, porém, que lançou bases para o futuro mundo medieval:

Através dos editos de Constantino e de seus sucessores, ficava o artesão vinculado à sua banca, o lavrador à sua terra, o magistrado ao conselho de sua cidade e o mercador à sua corporação. O filho não tinha outra alternativa senão a de alistar-se na corporação do pai e arcar

com as obrigações deste perante o Estado. Os filhos dos veteranos eram obrigados a servir o exército (HADAS, 1969:154)

Essa medida legal praticamente acorrentava o indivíduo a um espaço (e ao mesmo tempo à uma profissão) transformando-o em sua “pátria”. Essa situação era nova e iria trazer conseqüências muito importantes no futuro⁵. Enquanto a crise política e econômica solapava as bases do Império do Romano e, por extensão, do mundo antigo, impõe-se a pergunta: como ficavam as relações de alteridade?

Lembre-se que na época de Augusto, no início do século I d.C. (...) Roma tornara-se um vasto panteão em que todas as divindades encontravam, pelo menos, uma tolerante hospitalidade. (...) Esta tolerância encontrava sua justificativa no fato de que Roma não pretendeu, jamais, em suas conquistas, impor aos povos dominados as velhas crenças romanas.

Os dirigentes da política externa contentavam-se com a submissão político-financeira dos vencidos (...). Explica-se assim, porque a própria nação judaica teve seu monoteísmo considerado como *religio licita*, religião lícita. É que para os romanos, *Javé* era um deus nacional como tantos outros (GIORDANI, 1972:333-334).

Dessa forma, é fácil em entendermos como a irrupção do cristianismo foi, nesse mundo, revolucionariamente desestruturadora. Pois se existia apenas um único deus e ele havia criado todos os homens, logo todos os eram filhos do mesmo pai e, assim, irmãos entre si. E se não se

escraviza “nós”, como continuar com a escravidão em um mundo de iguais?

O cristianismo, certamente, não provocou a queda do Império Romano, mas a sua expansão acelerou a crise que vinha corroendo a economia escravista do Estado. Ter um escravo, naquele momento de dúvidas e incertezas, era arcar com despesas cada vez mais inúteis e pesadas, e a situação ficava ainda mais grave quando líderes cristãos, cada vez mais autoconfiantes com o seu sucesso, condenavam a escravidão e ameaçavam o infeliz proprietário com a danação eterna. A solução era libertar o cativo e que ele mesmo fosse responsável pela sua manutenção. Entretanto, antes mesmo desse momento fatal: (...) o lavrador arrendatário, por exemplo, pelo costume e pelas dívidas, estava da vez mais preso à terra. Não raro, via-se forçado a alugar o arado e bois e comprar sementes do senhorio. Uma colheita má o poderia atolar em dívidas sem esperança de se desvencilhar delas. (HADAS, 1969:154).

Vemos que o trabalhador não mais pertenceria a um senhor, mas como homem livre pagaria pelo uso da terra desse senhor que também era seu irmão na igreja. Todos seriam salvos e a economia continuaria no seu curso: A terra e a economia agrária são, com efeito, a base e o essencial da vida material da Idade Média, bem como de tudo o que ela condiciona: a riqueza, o poder social e político (LE GOFF, 1983:257). Dessa forma, no lugar da escravidão, característica da Antiguidade, teremos a servidão medieval. Mas devemos destacar que o atrelamento do homem à terra fortaleceu ainda

⁵ A cidadania, a grande novidade inventada pelo ocidente na Antiguidade, pertencia apenas àqueles que carregavam o sangue dos antepassados sem misturas. Não era o local do nascimento que dava a

cidadania ao indivíduo, mas a sua ascendência. Um exemplo ilustrativo: Aristóteles era ateniense, apesar de ter nascido em Estagira, na Macedônia, pois seus antepassados foram todos atenienses.

mais a idéia de rincão natal, já em curso no Baixo Império.

3. ESTADO NACIONAL MODERNO

Somente séculos depois, na Baixa Idade Média, é que vamos observar uma alteração visivelmente marcante no clássico imobilismo feudal, ou seja, o processo de ascensão sócioeconômica da burguesia, grupamento humano que não tinha lugar no triangular mundo medieval:

A casa de Deus, que cremos ser uma, está, pois, dividida em três. Aquilo que nisto nos importa é a caracterização, que vai ser clássica, das três classes da sociedade feudal: os que oram, os que combatem e os que trabalham – *oratores*, *bellatores* e *laboratores*. (LE GOFF, 1983:10)

A solução encontrada pela burguesia para ter o seu lugar no mundo foi o desmonte da sociedade medieval. Essa destruição foi levada a cabo pelos mercadores – surgidos após o sucesso da Primeira Cruzada – por quase quatro séculos de ingentes esforços. A princípio eles se organizaram em comunas urbanas onde se instaurou a cidadania, adaptada daquela que fora praticada na Antiguidade. Aprofundando o processo de criação de um mundo novo tivemos também a formação das Monarquias Nacionais:

Muita gente pensa hoje |o autor escreve no início dos anos 1930| que as crianças nascem com o instinto de patriotismo nacional. Evidentemente isso não é verdade. O patriotismo nacional vem em grande parte de se ler e ouvir falar constantemente nos grandes feitos dos heróis nacionais. As crianças do século X não encontravam em seus livros didáticos desenhos de

navios de seu país afundando os de um país inimigo. Por uma razão muito simples: não havia países, tal como os conhecemos hoje. (HUBERMAN, 1971:79)

Vamos desconsiderar a ironia característica do famoso texto de Leo Huberman, pois sabemos que as crianças do século X não tinham livros didáticos, ainda mais ilustrados. No mais, temos aí uma idéia muito importante: o patriotismo ou a nacionalidade não vem com o nascimento, são conceitos socialmente construídos e consolidados por ações politicamente efetivas:

O Santo Império Romano e o Papado cessaram de exercer a sua ação unificadora em nome da qual, a partir do ano 1000 havia aspirado à dominação universal, um sobre os corpos e o outro sobre as almas. Ao contrário, na Inglaterra, na França e na Espanha, o poder das monarquias centralizadoras foi-se afirmando. Como conseqüência de sua ação, cada uma das nações tendia para se unir sob um só poder soberano, nos limites das suas fronteiras geográficas e lingüísticas. (MOSCA, 1968:99)

Novamente um autor nos dá informações que não podem ser ignorados aqui: os Estados Nacionais são limitados geográfica e linguisticamente. Para garantir a unidade interna nesses territórios se impôs a necessidade da existência de heróis nacionais, que substituíam os velhos heróis míticos, que muitas vezes haviam propiciado o surgimento dos clãs que caracterizaram os povos pré-históricos ou os da Antiguidade. É claro que esses novos personagens eram devidamente trabalhados para que fortalecessem o poder centralizador dos reis, que se encaminhavam para o mais claro absolutismo. Foi inspirando ao exército francês entusiasmo e confiança, e uma crença no sentimento de serem todos *franceses*, tornando a causa do rei a causa

de *todos* os franceses, que Jeanne d'Arc| prestou serviço à sua pátria, incitando muitos a serem tão fanáticos pela causa da França quanto ela (HUBERMAN, 1971:86).

Parece, à primeira vista, que surgia aí o conceito de nação (ou pátria). Contudo, os fatos do período e os subseqüentes imediatos desmentem tal pretensão. O que temos ainda é um verdadeiro senhor feudal aliado à burguesia que passa a dominar um território cada vez maior. Nós o chamamos de rei, mas não passa de uma herança feudal de poder político com uma base econômica agro-mercantil. E ressalte-se ainda o fato de que as monarquias ditas nacionais na sua expansão engoliram a cidadania que fora instaurada nas urbes mercantis do período pós-Cruzadas⁶.

Foi a necessidade de fortalecer o poder do rei que levou a uma crescente unificação política, econômica e, principalmente para o nosso interesse imediato, cultural. Afinal, a nacionalidade é historicamente construída sobre o povo pelo Estado. Ao impor a sua língua, o rei eliminava um elemento medieval de contestação do seu poder tendentemente absoluto⁷. E quando contar com o apoio não desinteressado das Igrejas reformadas, essa sua ação será mais rápida e eficaz: (...) Lutero abriu à literatura nacional um imenso campo comum a todas as condições sociais e propagou o conhecimento do alemão literário, através de sua tradução da *Bíblia* em alemão e de seus cânticos. (CORVISIER:71).

Minha Pátria é minha língua!⁸ Este brado poderia ser entoado por qualquer ministro que estivesse preocupado em fortalecer o poder de seu rei e senhor. Mais que a religião, que se pretendia universal, a língua foi o elemento de unificação nacional no decorrer da Idade Moderna⁹(...) a multiplicação das traduções originais, que são, as mais das vezes adaptações distanciadas do texto primitivo, e a publicação de grandes obras literárias contribuem para a renovação das línguas nacionais e, em conseqüência, para o despertar dos nacionalismos (CORVISIER:64-5).

Se por um lado a Idade Moderna se caracteriza pela imposição e consolidação dos Estados Nacionais, por outro temos a expansão europeia pelo planeta, movimento também conhecido como Grandes Navegações. Nesse processo, os europeus ainda muito influenciados pelos bestiários medievais, encontraram povos que nunca haviam visto antes e dos quais nem tinha notícia. Mas rapidamente souberam o que fazer com eles: Antes mesmo do *achamento* do Brasil, o Vaticano estabeleceu as normas básicas de ação colonizadora, ao regulamentar, com os olhos ainda postos na África, as novas cruzadas que não se lançavam contra hereges adoradores de outro Deus, mas contra pagãos e inocentes (RIBEIRO, 1995:39) (grifo do autor). A expansão marítima, a par das funções econômicas, também teve um caráter militar, justificado pela Igreja. O contato podia ser para ambos os lados

⁶ As Cruzadas, assim como os denominados novos arroteamentos, foram movimentos de desraizamento. O indivíduo deixava a sua terra natal e dirigia-se a um local muitas vezes muito distante do ponto de origem. Nessa nova terra, muitas vezes, conseguia romper com a sua situação social anterior.

⁷ No processo de imposição da língua falada pelo rei e seu grupo político tivemos a utilização tanto

da pura e simples repressão político-militar, como a utilização de recursos educacionais que criavam um *gap* entre a geração derrotada e os seus filhos e netos, que incorporavam o novo idioma.

⁸ Citação adaptada do **Livro do Desassossego**, de Bernardo Soares (heterônimo de Fernando Pessoa).

⁹ Esta ação foi retomada na Idade Contemporânea quando da unificação da Alemanha - ainda no século XIX, e da Itália - somente no século XX.

surpreendente, mas foram os nativos que pagaram o preço mais alto:

A população de um continente jamais recebeu choque semelhante ao que ressentiram os indígenas em regiões imediatamente conquistadas pelos espanhóis [...] nos lugares em que estavam em contato permanente com os europeus, os índios perderam o gosto de viver. O resultado foi a derrocada numérica e moral da população (CORVISIER:320-1)

A imposição do domínio europeu sobre a América foi completada pela disseminação da língua nacional (amparada nos países católicos no latim que se praticava no interior das igrejas). Mas essa imposição lingüística gerou situações bastante interessantes de serem destacadas, pois mais confirmam a regra da submissão do que fortalecem alguma possível exceção. No início da ocupação colonial portuguesa do Brasil, falava-se, como recorda Darcy Ribeiro, mais a língua geral do que o português¹⁰:

(...) o tupi-guarani, como língua-geral, permaneceu sendo por séculos a fala dos brasilíndios paulistas. E no Nordeste açucareiro foi prontamente suplantado pelo português. Isso porque sua população principal de escravos e mestiços, sendo compelida a adotar a fala do capataz para se comunicar com os outros escravos, realizou o papel de consolidar a língua portuguesa no Brasil. (RIBEIRO, 1995:97)

Novamente um paradoxo: o uso da língua do dominador europeu foi consolidado no território americana pelo africano que chegara à colônia como escravo para substituir o indígena, considerado inadequado ao trabalho na lavoura de molde europeu. Na primitiva formação étnica do povo brasileiro, a contribuição indígena foi primordial (o acasalamento dos portugueses com as índias era fato comum no início da colonização), mas a formatação cultural, dependente da metrópole, foi ação do africano escravizado!

Enquanto isso ocorria nas terras sob domínio português, na área de dominação hispânica utilizou-se o castelhano em detrimento das outras línguas faladas na metrópole, (como o catalão, idioma do Reino de Aragão). Nota-se que não havia uma lógica no processo, mas isso não nos deve surpreender, afinal uma colônia era para ser explorada e não para ser desenvolvida como uma sociedade conseqüente. Na ação de submissão do novo espaço (e de sua população) havia a lógica do pacto colonial os nativos da região pagaram a primeira grande cota de sacrifício. Contudo,

Os índios encontraram defensores no clero. O mais célebre foi Bartolomé de Las Casas (...) A campanha de Las Casas obteve resultados imprevistos. Incitou as autoridades, para salvar os índios, a utilizar escravos negros nas minas de ouro e nas plantações¹¹, daí o comércio dos negros. Um importante povoamento negro já existia na América no final do século XVI. Os progressos da navegação permitiram o desenvolvimento do comércio no século XVIII.

severamente quem a utilizasse, impondo-se, a partir de então, o idioma português no Brasil.

¹¹ Na verdade, eram minas de prata.

¹⁰ Tivemos a língua geral paulista que formada à época dos bandeirantes era na verdade uma língua crioula, ou seja, mestiça. Contudo, em fins do século XVIII, por ordens do Marquês de Pombal proibiu-se o seu uso, punindo

Além disso, a introdução dos negros complicou a mestiçagem e levou a uma incrível variedade de raças na América tropical. Dessa forma, a África torna-se o reservatório de mão-de-obra da América e começa a esboçar-se uma área comercial do Atlântico (CORVISIER:321). Novamente o paradoxo! Para salvar os índios, despovoou-se a África, afinal, como afirmara o papa em uma bula: os africanos não tinham alma. Portanto eram diferentes, portanto inferiores e daí passíveis de escravização.

Enquanto ocorria a expansão ultramarina e a conseqüente colonização das novas terras, na Europa tínhamos o incremento das dificuldades de comunicação entre os povos, mesmo vizinhos, devido às crescentes diferenças idiomáticas (além das desconfianças religiosas, muito importantes no período). Isso fortalecia o poder monárquico, mas levava-o a enfrentamentos com adversários internos e externos. Frente a possibilidade de contestação popular (entenda-se burguesia) do poder da elite dirigente – a aristocracia –, autores como o conde de Boulainvilliers sustentavam teses de claro cunho racista (melhor seria dizer, étnico), afirmando que a: Nobreza descendia dos conquistadores francos e que os plebeus descendiam dos vencidos galo-romanos.

O autor culpava os reis da França que muitas vezes tornavam nobres os plebeus. (MOSCA, 1968:294)

O medo de perder os privilégios levava os aristocratas franceses do século XVIII a negar um dos princípios da religião que eles diziam professar e defender: a igualdade de todos os homens. Mais interessante ainda seria lembrar

que os galo-romanos eram cristãos e os francos, quando da conquista da Gália romana, ainda não o eram. Se fôssemos nos apegar a critérios religiosos, os vencidos eram mais merecedores da boa vontade divina do que os vencedores. Mas a idéia de que alguns indivíduos eram superiores devido à sua origem étnica não ficou restrita a esse momento e a essa preocupação. No final do século XVIII: Pode-se também lembrar que a este respeito Sieyès, no seu famoso opúsculo sobre o Terceiro Estado, admitia que a nobreza francesa descendesse a princípio de conquistadores francos. Mas a conseqüência que o tirava disto era que os seus descendentes deviam deixar a França e voltar para as florestas da Francônia (MOSCA, 1968:294). O argumento era o mesmo, mas as conseqüências eram opostas. Porém, devemos ressaltar aqui o perigo que essa argumentação carrega em si: ela poderia gerar aplausos (ainda hoje) dos indivíduos que se sentem marginalizados em uma sociedade e que, por isso, pregam um levante contra aqueles que eles denominam de gananciosos exploradores ou adoradores do demônio, dependendo do contexto político. No decorrer da luta propoiam - e até mesmo tentariam - a simples eliminação do outro.

Curiosamente, a Revolução Francesa¹² que se propunha libertar todos os povos (pelo menos nas pretensões dos seus mais radicais porta-vozes) terminou por fortalecer ainda mais os preconceitos nacionais, que foram reafirmados na primeira metade do século XIX pelo movimento romântico. Nem precisamos nos lembrar das tropas napoleônicas que avançavam por territórios ainda imersos no Antigo Regime carregando a bandeira tricolor adornada pelas mágicas palavras: Liberdade, Igualdade e

¹² Considerada como a criadora do moderno conceito de nação.

Fraternidade. Ao mesmo tempo em que representavam a liberdade dos povos, elas significavam a submissão desses mesmos povos a um único povo, no caso o francês. Mas antes mesmo que o pequeno corso sacudisse a Europa com seus exércitos, Georges Jacques Danton: a 31 de janeiro de 1793 fez um pronunciamento na Convenção defendendo a anexação da Bélgica e invocando a teoria das fronteiras naturais (SILVA, 1989:99).

Não precisamos nem esperar por Ratzel para criar e expor a idéia do espaço vital. Sem dúvida o século XIX começava muito bem! Na América exércitos mais ou menos populares eliminavam as administrações coloniais e em seu lugar impunham Estados ditos nacionais, apesar de não terem ainda uma base cultural definida para que reivindicassem corretamente essa denominação. Na Europa, passado o vendaval revolucionário, veio a calmaria da Restauração expressa no Romantismo: As conquistas democráticas que começavam a aparecer entre a sangreira da Revolução Francesa e das lutas napoleônicas, necessitavam de formas igualmente revolucionárias, formas que revelassem a nova sensibilidade que se criava e, portanto, incompatível com a doutrina estética dos antigos (WEY, 1969:70).

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O subjetivismo aliado à fantasia histórica possibilitou aos artistas românticos exaltarem os mitos nacionais. Não era mais necessário seguir cânones impostos a partir dos clássicos oriundos das velhas Grécia e Roma. A história nacional dava temas mais excitantes que os da Antiguidade clássica ou bíblica. Paralelamente, a navegação a vapor possibilitava que um mundo exótico, por

ser longínquo, pudesse ser alcançado rapidamente. As telas de Delacroix mais valorizam, pelo seu exotismo, a ação civilizadora da França no norte da África, do que condenam a reativação do colonialismo, agora fora da América.

Na contramão da idéia bíblica de todos os homens derivavam de um casal primordial, tivemos no decorrer do século XIX os defensores do autoctonismo fundado na nação e no território por ela ocupado. Procuravam os defensores dessa corrente nada antropológica justificar os comportamentos de cada povo que habitava o território de um Estado-nação a partir de origens diferentes (geralmente míticas) e, até mesmo, antagônicas. O conde Joseph-Arthur de Gobineau (1816-1882) publicou entre 1853 e 1855 ao Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas na qual: (...) se esforçava por apresentar todos os acontecimentos históricos vividos pela humanidade como conseqüência da superioridade ou da inferioridade de uma raça e dos cruzamentos que se tinham verificado, entre a raça superior e as inferiores (MOSCA, 1968:294).

Gobineau, que foi embaixador da França no Brasil, condenava a miscigenação, defendendo a pureza das raças, particularmente a branca como base para o seu sucesso, que se verificava na sua expansão colonial empreendida no século XIX. Devemos destacar o fato de que as idéias de Gobineau fizeram mais sucesso na Alemanha – onde se fundou uma associação para a difusão de sua obra – do que na própria França.

Mas a situação iria se alterar em 1871, com a derrota do II Império francês frente ao Reino da Prússia. Nascia ali o revanchismo francês que iria desaguar na eclosão da Primeira Guerra Mundial. Mesmo um escritor sempre associado ao desenvolvimento científico, como foi Jules

Verne, ficou vinculado a esse movimento quando publicou o romance *Les cinq cents millions de La Bégun*, no qual temos que os franceses sempre são bons e generosos enquanto que os alemães são sempre maus e tirânicos¹³.

Não havia contemplação para com o inimigo, que sempre era o outro, o estranho, mas não o exótico. *François Truffaut*, comentando a atitude da crítica cinematográfica (assim como do próprio público), afirmava em meados da década de 1970, que: aprecia-se muito mais o que vem de longe não apenas em função do exotismo mas também porque a ausência de referências pessoais reforça o prestígio de uma obra (TRUFFAUT, 1989:22).

Olha o paradoxo aí de novo, gente! Quando é que o outro, que era exótico, se transforma em estranho? Isso ocorre quando o exótico se aproxima demais de nossas casas e pessoas, aí ele se torna irritante. O cheiro da sua comida provoca-nos repulsa. O seu linguajar é desagradável aos nossos ouvidos. Seus hábitos são bárbaros, diferentes, portanto, inferiores. A conclusão é simples e rápida: eles não deveriam estar aqui entre nós! E a situação ainda piora quando “eles” insistem em fazer parte da nossa sociedade, disputando - e o que é pior, ocupando os cargos políticos e administrativos que deveriam estar reservados para “nós”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se pode concluir que devido ao percurso histórico exposto, o conceito de nacionalidade passou a ser confundido com nacionalismo - e ele com o chauvinismo -, portanto não faltava muito

para que no século XX tivéssemos a emergência do discurso fascista (com todas as suas variações nacionais) que passou a demonizar no mais alto grau o outro, cujo destino deveria ser apenas a morte ou a submissão. Contudo, não se pode esquecer que a visão de alteridade é a capacidade de ver o outro como outro, e não como estranho. Há pessoas que só conseguem olhar o outro como estranho, e não como o outro - semelhante (CORTELLA, 2007:118).

Talvez nessa incapacidade esteja a raiz de boa parte dos problemas sociais que enfrentamos atualmente. É claro que a ojeriza ao outro torna-se mais visível quando sentimos que não há espaço econômico suficiente para todos. Portanto, alguém tem que sair (...). Para concluir, devemos destacar que as práticas racistas ainda persistem no nosso tempo, mesmo quando estão camufladas como política de inclusão. Não são, portanto, fatos relegados ao passado já morto e enterrado, nem são privilégio de um grupo nacional ou econômico. E elas continuarão a existir sempre que um grupo estigmatizar o outro como inferior, porquanto diferente. Ô raça!

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ÁVILA, Fernando Bastos de. Pequena enciclopédia de moral e civismo. Rio de Janeiro : Campanha Nacional de Material de Ensino/MEC, 1967.

BARRETO, Maria Amália P. “Nação - Antropologia”. In: SILVA, Benedicto - coord. Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

¹³ Os Quinhentos Milhões da Begun foi publicado em 1879.

BOWRA, C.M. Grécia Clássica. Tradução de Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

CORTELLA, Mario Sergio. Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis: Vozes, 2007.

CORVISIER, André. História moderna. Tradução de Rolando Roque da Silva e Carmem Olívia de Castro Amaral. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

EDMONSON, Munro S. “Raça”. In: SILVA, Benedicto - coord. Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

ERÖS, J.S. “Chauvinismo”. In: SILVA, Benedicto - coord. Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. A cidade Antiga. Tradução de Fernando de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GIORDANI, Mário Curtis. História da Antiguidade Oriental. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1969.

GIORDANI, Mário Curtis. História de Roma. 3ªed., Petrópolis: Vozes, 1972.

HADAS, Moses. Roma Imperial. Tradução de Gulnara Lobato de Moraes Pereira e Iolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.

HERÓDOTOS. História. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Tradução de Waltensir Dutra. 7ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1983.

LEAKEY, Richard E. & LEWIN, Roger. Origens. Tradução de Maria Luiza da Costa G. de Almeida. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

LESSA, W.A. “Racismo”. In: SILVA, Benedicto - coord. Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

LINTON, Ralph. O homem: uma introdução à antropologia. Tradução de Lavínia Vilela. 11ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MANGONE, Gerad J. “Nação - Política”. In: SILVA, Benedicto - coord. Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

MOSCA, Gaetano & BOUTHOU, Gaston. História das Doutrinas Políticas: desde a Antiguidade. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2ª.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos. Convite à História. 3ªed. São Paulo : Logos, 1964, v.1.

SCHLEICHER, Charles P. “Nacionalismo”. In: SILVA, Benedicto (coord.). Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SEYFERTH, Giraldo. “Etnia”. In: SILVA, Benedicto (coord.). Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, Rogério Forastieri da. A Revolução Francesa. São Paulo: Núcleo, 1989.

TRUFFAUT, François. Os filmes de minha vida. Tradução de Vera Adami. Rio de Janeiro:

Nova Fronteira, 1989.

VALLADÃO, Haroldo. “Nacionalidade”. In: SILVA, Benedicto (coord.). Dicionário de Ciências Sociais. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

WEY, Walter. Língua Portuguesa. São Paulo: Brasil, 1969, v.3.